

31 JAN 1991

Democratizar expectativas educacionais

Educação

A série *Retrato do Ensino*, que começamos a publicar no domingo último, sinaliza o interesse do Ministério da Educação em vincular educar à idéia de avaliar o conhecimento efetivamente adquirido. Este é o primeiro passo, se pretendemos recuperar a capacidade de competir, no sentido que o mundo da *Terceira Onda* dá à expressão. Abandonar a mentalidade estatística como vitrine de resultados educacionais é a primeira necessidade se pretendemos transformar a estrutura educacional deste país. Se o que gastamos com Educação é respeitável, como os recentes estudos do Banco Mundial se incumbiram de provar, não se pode aceitar os resultados descritos na série: metade das instituições federais de ensino superior tem desempenho educacional abaixo do mínimo desejável!

É evidente que empreender a tarefa, de urgência absoluta, de reformar a Educação, da pré-escola à pós-graduação, exige ponderação, definição de metas socialmente aceitas e economicamente possíveis, dispensando, é claro, o império das "soluções apressadas" sempre tão disponíveis entre nós. Um bom exemplo desse tipo de solução é imaginar que todos os problemas do ensino superior brasileiro começam e terminam no equacionar a evasão escolar. Não há dúvida que convivemos com a "praxe" devidamente notada pelo ministro da Educação, José Goldemberg, marcada pelo absurdo de que a cada mil alunos que ingressam em nossas universidades, no final do curso, "saíam apenas 500". É evidente que isso é um sintoma de uma grande ineficiência e não a sua causa; removê-lo "apressadamente", seja arrefecendo exigências, seja criando cursos noturnos a toque de

caixa, não é bom caminho. Quantitativamente, talvez o dinheiro gasto no ensino superior estará mais bem empregado; os padrões estatísticos de alunos matriculados avançarão. A evolução, desse modo, terminará nos números!

De uma evasão de 50% o ministro Goldemberg analisa grandezas e misérias do ensino superior brasileiro. Merece registro a vinculação que ele faz entre o não crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional dos últimos dez anos e a ausência de investimentos na infra-estrutura. Isso atinge em cheio as universidades e, em especial, os salários dos professores. É preciso cuidado com essa observação estatística, porque, em 1990, o Departamento de Orçamento da União, órgão do Ministério da Economia, provou que as universidades federais triplicaram seus gastos entre

1981 e 1989... O custo-aluno de US\$ 8 mil/ano nasceu dessa distorção. O Brasil ficou mais pobre na década, mas os gastos com o ensino superior não acompanharam o declínio geral.

Se gastamos US\$ 16 bilhões/ano com Educação — segundo o ministro Goldemberg, 25% dos impostos — e, até recentemente, 80% desse dinheiro com ensino superior, a grande distorção é esta e não a evasão. O ministro afirmou que este número caiu para 54% do total. Ainda é muito! Basta saber que apenas 16% dos nossos jovens, em idade escolar para cursar o segundo grau, estão na escola. A evasão na universidade acontece porque mesmo o aluno que consegue "furar o cerco" do primeiro e segundo grau chega à universidade despreparado. Neste item também convém dispensar a "solução

apressada". Como a série *Retrato do Ensino* confirma, mesmo no ensino básico não faltam vagas; falta melhorar a qualidade dessas vagas.

Este é o ponto. Um estudo financiado com recursos da ONU demonstra que o governo organiza toda a sua política educacional com "números errados". Indica falta de vagas, justificando grandes obras, criando o primeiro dos "falsos problemas"; depois, confunde evasão escolar no primeiro grau com índices de repetência. Resultado: 70% da população escolar não conclui o primeiro grau! Coube à Fundação Carlos Chagas seguir na identificação do caos: não há professores em número suficiente para formar adequadamente os alunos do segundo grau. Não se exige nenhum conhecimento técnico para a conclusão final: o acesso desses estudantes ao ensino superior, com carências de todo tipo de formação básica, fica comprometido.

Completa esse quadro crítico a qualificação de nossas melhores universidades como centros capazes de acentuar desigualdades. Entre 1986 e 1990 caiu em 23 pontos o número de aprovados para a USP vindos da rede pública. Este é o aspecto mais perverso do quadro. Vincularmos Educação com avaliação do ensino ministrado, sem dúvida, é o único caminho possível para alterar este quadro sinistro. Como a série *Retrato do Ensino* vem demonstrando, democratizar a expectativa educacional não é só oferecer quatro paredes e uma carteira. Educação exige um projeto, uma política definida que englobe toda a trajetória da pré-escola à pós-graduação. A possibilidade de o País pertencer ao rol dos que contam depende dessas definições.

ESTADO DE SÃO PAULO

